

**A formação do Grupo Votorantim (1891-1923): financiamento e empreendedorismo na organização de um complexo industrial**

**Gustavo Pereira da Silva**

Doutor em História Econômica pelo Instituto de Economia da UNICAMP  
Professor Adjunto no Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.  
e-mail: gustavopereira@ufpr.br

**Armando João Dalla Costa**

Doutor pela Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle) e Pós-Doutor pela Université de Picardie Jules Verne, Amiens  
Professor no Departamento de Economia e no Programa de Pós-Graduação/  
Universidade Federal do Paraná

**RESUMO:** o artigo analisa a formação do Grupo Votorantim, iniciando o trabalho pelo surgimento da Fábrica Têxtil Votorantim em Sorocaba na última década do século XIX, como parte da carteira industrial do Banco União de São Paulo. Posteriormente, o trabalho segue explorando o desenvolvimento e consolidação da Votorantim como uma das grandes firmas têxteis de São Paulo. Esta trajetória teria uma mudança em 1917, ano da falência do Banco União, quando a Votorantim e todo o espólio do banco foram adquiridos pelo imigrante português Antonio Pereira Ignacio e outros acionistas. Daquele ponto em diante, a Votorantim se tornaria uma grande, moderna e multifacetada empresa, atuando no setor têxtil, na exploração de cal e cimento, no setor imobiliário, no setor agrícola e nas ferrovias. A documentação da empresa, obtida em seu Centro de Memória, embasa a formação de um grande complexo produtivo, que até hoje é um dos maiores conglomerados industriais brasileiros.

## **Introdução**

Atualmente, o Grupo Votorantim é um dos maiores conglomerados econômicos do Brasil e do mundo. Atua em mais de vinte países, com operações concentradas em setores de base da economia que demandam capital intensivo e alta escala de produção, como cimento, mineração e metalurgia (alumínio, zinco e níquel), siderurgia, celulose, suco concentrado de laranja e autogeração de energia. No mercado financeiro, atua por intermédio da Votorantim Finanças e, em novos negócios, com um fundo de Venture Capital e Privaty Equity. O Grupo Votorantim, com seus 95 anos, é uma das maiores empresas familiares do mundo<sup>1</sup>.

Todavia, as raízes deste grandioso empreendimento foram fincadas na última década do século XIX, como mostrará nosso artigo. Além desta introdução, ela contará com outras cinco partes. Na primeira veremos a história da formação da Fábrica Votorantim pelo Banco União de São Paulo, o maior banco paulista no início da década de 1890. A segunda parte demonstra que a Votorantim, empresa que nasceu para atuar no setor têxtil paulista, rapidamente tornou-se uma das maiores firmas do setor no Estado de São Paulo. Na terceira parte é analisada a falência do Banco União de São Paulo durante a I Guerra Mundial e a compra da empresa por Antonio Pereira Ignacio e outros acionistas em janeiro de 1918. Na quarta parte percebemos que as soluções encontradas pela Fábrica Votorantim para sobreviver às conjunturas adversas transformaram a firma em uma grande empresa moderna, dirigida por homens preparados e capitaneada por um legítimo empreendedor que foi Pereira Ignacio. E, por fim, posicionamos a Votorantim no rol das grandes empresas têxteis paulistas da década de 1920, sendo que o setor têxtil era um dos investimentos do complexo industrial denominado Sociedade Anônima Fábrica Votorantim. É através da documentação da empresa – os livros diários e balanços contábeis que recobrem de 1894 a 1923 – que desnudaremos as decisões que foram fundamentais para que se formasse este império industrial brasileiro.

### **1 – A importância do capital bancário na formação da Votorantim (1891-1896)**

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do site <http://www.votorantim.com.br/pt-br/Paginas/Home.aspx>. Acesso em: 05 Abr 2013.

No início do período republicano, a economia brasileira concentrava-se na produção do café, atividade que representava quase 65% das receitas de exportação do Brasil (SINGER, 2006, p. 387). Esta produção se dava, em sua maioria, nas fazendas do Oeste Paulista, resultado do trabalho de uma imensa leva de imigrantes que chegavam ao Estado de São Paulo, sobretudo italianos, além dos negros recém-libertos<sup>2</sup>. Estes trabalhadores assalariados foram de fundamental importância para viabilizar uma produção paulista de mais de 465 milhões de cafeeiros entre 1886-1897, o triplo do estoque de 1883 (CANO, 2002, p.66).

A expansão demográfica e cafeeira demandava uma gama de atividades que rapidamente se converteram em oportunidades de investimento para os empresários paulistas. A forte urbanização da cidade de São Paulo, com uma população que saltou de 240 mil habitantes no ano de 1890, para mais de 375 mil pessoas em 1910, gerou uma necessidade de melhoria nas condições de vida dos paulistanos, expressa na formação de empresas de serviços públicos, como esgoto, água, iluminação, bondes (CARONE, 2001, p.53). Por outro lado, o transporte do café do interior à zona portuária já havia induzido à constituição das empresas ferroviárias, bem como à formação de armazéns para estocagem do produto, casas comissárias e bancos para financiar e exportar a produção. Ademais, a subsistência dos trabalhadores impulsionou a industrialização paulista e, ao mesmo tempo, uma agricultura de alimentos. Estas atividades, que nasceram determinadas em primeira instância pela produção cafeeira – atividade responsável pela dinâmica econômica e pela capacidade de importar – formavam o *complexo exportador cafeeiro paulista*, que tinha no centro uma atividade principal (lavoura cafeeira) que fomentava e articulava as atividades paralelas (indústria, casas comissárias e exportadoras, bancos, empresas de serviços públicos, ferrovia) (CANO, 1981, p.20-21).

Surgindo como uma atividade induzida pela demanda do café, a indústria paulista teve sua origem no período 1885-1895, quando a rubiácea atingiu suas maiores cotações no século XIX, resultado de um período em que a demanda corria à frente da oferta no mercado mundial do café. Naquele momento, a forte acumulação no setor produtivo e comercial cafeeiro possibilitou que seus lucros se espriassem por outros setores da

---

<sup>2</sup> Entre 1890 e 1929, chegaram ao Brasil 3.523.591 imigrantes, sendo que, destes, 2.033.654 foram para o Estado de São Paulo, ou seja, cerca de 57,7% do total (PETRONE, 1977, p. 100 a 104).

economia paulista, permitindo aos membros do *grande capital cafeeiro*<sup>3</sup> – indivíduos que atuavam em diversas atividades dentro do complexo cafeeiro paulista – a formação de firmas industriais em variados ramos, como o de bens de capital, mas, prioritariamente, no setor de bens de consumo assalariado, como a indústria têxtil (MELLO, 1998, p. 109)<sup>4</sup>.

A indústria têxtil, onde se iniciara a Revolução Industrial na Inglaterra, mostrava-se um auspicioso ramo de investimento aos capitais dos proprietários paulistas. Com o aumento da população, a demanda por têxteis crescia de forma constante, afinal, se os fazendeiros podiam importar grande parte de seus bens de consumo, o mesmo não acontecia com seus empregados, que viam na produção nacional uma opção mais barata para adquirir itens de vestuário, por exemplo<sup>5</sup>. O imigrante, ao passo que respondia em grande parte pela demanda, compunha também a mão-de-obra angariada pelas fábricas têxteis para laborar os fios e tecidos de algodão, matéria-prima que era adquirida nacionalmente e parcialmente importada (CARONE, 2001, p. 91).

Com mão-de-obra, mercado consumidor e matéria-prima, restava uma questão chave a ser solucionada: o financiamento industrial<sup>6</sup>. Schumpeter pontua que para a criação de novos empreendimentos e inovações, o empresário schumpeteriano tem nos bancos uma das fontes de obtenção de *crédito*, pois através da intermediação financeira as casas bancárias colocam na mão do empresário o poder de compra necessário à viabilização de seu empreendimento<sup>7</sup>. Ademais, o vulto do capital a ser reunido para a

---

<sup>3</sup> (SILVA, 1995, p. 54; PERISSINOTTO, 1994, p. 36).

<sup>4</sup> Um dos mais longos períodos de expansão do investimento na indústria de transformação foi o que começou com a década de 1880 e perdurou até aproximadamente 1895. Este foi um período de grande progresso econômico, particularmente nas áreas produtoras de café no Centro-Sul. O crescimento da renda impulsionado pela expansão das exportações, a construção de estradas de ferro e a promoção da imigração aumentaram o mercado para produtos industrializados e a oferta de trabalho (SUZIGAN, 2000, p. 86).

<sup>5</sup> Dean (2008, p. 692) aponta que este processo de formação industrial nascente se desenvolveu com dois propósitos: substituir a produção artesanal e diminuir as importações de bens de consumo, como tecidos de algodão e de lã, que tinham uma demanda muitas vezes atendida por oficinas familiares, sobretudo aos menos abastados.

<sup>6</sup> Outro fator importante a determinar a entrada, ou não, nos investimentos industriais era a taxa de câmbio. A depreciação da taxa cambial na década de 1890 criou uma proteção artificial para a indústria nascente, ao encarecer a cotação dos bens importados em moeda nacional, movimento que se manteve até 1897, em que pese, concomitantemente, majorar os preços das matérias-primas e bens de capital importados. Por isso pensamos que, apesar de, algumas vezes, as medidas econômicas do governo terem redundado em estímulos à indústria nacional, não é possível afirmar que houve uma política deliberadamente industrial durante a Primeira República. No mais, as depreciações cambiais visavam aumentar o saldo da balança comercial, a fim de arcar com o serviço da dívida pública (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p. 345).

<sup>7</sup> (SCHUMPETER, 1982, p. 52-53).

formação de uma grande empresa podia extravasar a poupança prévia do empresário (SCHUMPETER, 1928 *apud* CARNEIRO, 1997, p. 84-85)<sup>8</sup>.

A estrutura bancária de São Paulo contabilizava 24 bancos no Estado em 1892, que juntos tinham ativos que ultrapassavam o valor de 401 mil contos de réis, montante que representava a aglutinação dos capitais gerados pelo complexo cafeeiro<sup>9</sup>. O maior destes bancos era o União de São Paulo, banco universal<sup>10</sup> cujo ativo de 112 mil réis representava aproximadamente 28% do total dos ativos das casas bancárias paulistas em 1892 (HANLEY, 2005, p. 155).

O União de São Paulo foi criado em 31 de janeiro de 1890 por Antonio de Lacerda Franco (presidente do banco)<sup>11</sup> e João Baptista de Mello Oliveira<sup>12</sup>, membros do grande capital cafeeiro que tinham diversos investimentos na economia paulista, além de importante participação política no Partido Republicano Paulista, assim como seria visto com os membros da primeira diretoria do banco<sup>13</sup>. O que diferenciava a atuação do Banco União frente aos seus congêneres, além do privilégio de emissão de

---

<sup>8</sup> No caso da economia exportadora cafeeira, havia uma congruência de interesses na figura dos membros do grande capital cafeeiro, pois estes indivíduos podiam atuar como grandes cafeicultores, banqueiros e industriais, atividades empreendidas simultaneamente como no caso de Antonio da Silva Prado (1840-1919) que tinha lavouras cafeeiras na região de Ribeirão Preto, foi presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, sócio da Vidraria Santa Marina e presidente da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (LEVI, 1977).

<sup>9</sup> A formação de bancos, e também indústrias, no início da República foi impulsionada pelos decretos nº 164 e 165, de 17 de janeiro de 1890, que estimularam as sociedades anônimas com a possibilidade de negociar suas ações apenas com a integralização de 10% do capital subscrito pelos incorporadores. Esta medida foi revista em outubro do mesmo ano, já sob efeito da onda especulativa que começava a assolar a praça financeira do Rio de Janeiro, elevando a quota mínima de capital subscrito para 40%. Entretanto, a especulação financeira não foi detida e o ano de 1892 marcou o auge do Encilhamento (TANNURI, 1981, p. 65).

<sup>10</sup> Sua natureza de banco universal lhe permitia realizar: atividades de crédito comercial, como por exemplo, a provisão de empréstimos de curto prazo, descontos e câmbio; as atividades de crédito agrícola e a hipotecária, como a concessão de financiamentos de longo prazo, garantidos por propriedades imobiliárias rurais ou urbanas, e adiantamentos contra colheitas futuras; crédito industrial para a construção de prédios, ferrovias, docas, melhorias portuárias, comunicações e atividades administrativas, como a propriedade e a operação de interesses industriais (MARCONDES; HANLEY, 2010, p. 112-113).

<sup>11</sup> Antonio de Lacerda Franco, filho do Barão de Araras, foi gerente da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., e senador estadual em 1892, chegando ao senado federal no período entre 1924 e 1930; foi também membro da comissão executiva do PRP entre 1901-1906 e 1914-1927 (SILVA, 2011).

<sup>12</sup> João Baptista de Mello Oliveira foi um dos fundadores do PRP e senador estadual entre 1892-1903 (SILVA, 2011, p. 232).

<sup>13</sup> Joaquim Lopes Chaves (senador estadual em 1894 e 1901 e cunhado de Américo Brasiliense, que foi o primeiro presidente do Estado de São Paulo); Antonio Paes de Barros (senador estadual em 1903, filho do Barão de Piracicaba e sobrinho do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); Bento Quirino dos Santos (vereador por São Paulo e presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro); João Tobias de Aguiar e Castro (senador estadual em 1892, filho da Marquesa de Santos e do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); e Vitoriano Gonçalves Camilo (SILVA, 2011, p. 232).

moeda que durou entre 1890-1893, era sua carteira de investimentos industriais, que absorvia boa parte de seus ativos (HANLEY, 2005, p. 151).

O principal empreendimento industrial do banco se deu no ramo têxtil. Em 1890, o União de São Paulo adquiriu a fazenda São Francisco, cujas terras ficavam próximas à cidade paulista de Sorocaba e que continham uma cachoeira conhecida pelos indígenas como Boturantim, levando a futura povoação a ser denominada como Votorantim<sup>14</sup>. Esta queda d'água foi fundamental para se viabilizar o fornecimento de energia elétrica, pois foram construídas barragens na corredeira do Rio Sorocaba que formaram a usina hidrelétrica<sup>15</sup> que, a partir de 1892, passou a alimentar a Fábrica de Chitas Votorantim<sup>16</sup>, criada em julho de 1891, unidade industrial têxtil nas terras da fazenda que manufacturava a matéria-prima importada, sobretudo da Inglaterra, tingindo e estampando o tecido de algodão (SILVA, 2011, p. 233)<sup>17</sup>.

A chegada da matéria-prima e o escoamento da produção foram resolvidos em janeiro de 1893, quando foi inaugurada a Estrada de Ferro Votorantim, que interligava com seus oito quilômetros de extensão da localidade homônima à Sorocaba, onde passavam os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, ferrovia que ia da cidade de São Paulo até Botucatu.

Constituída como uma sociedade em comandita cujo Capital Social era de 1.000 contos de réis, a Fábrica Votorantim, entre 1894-1896, tinha como sócios comanditários (cuja participação no capital da firma e nos dividendos está entre parênteses): João Baptista de Mello Oliveira (10%), Carlos Teixeira de Carvalho (10%), Antonio Paes de Barros (5%), Joaquim Franco de Camargo Junior (5%), Barão de Arary (5%),

---

<sup>14</sup> A região de Sorocaba, com seu solo arenoso, era propícia ao plantio do algodão, haja vista que, entre 1903-1905, 80% da produção de algodão paulista vinha daquela região (CARONE, 2001, p. 95).

<sup>15</sup> Como a maior parte da produção energética de São Paulo se destinava ao consumo doméstico, uma preferência que era corroborada pelas empresas fornecedoras de energia, os empreendimentos industriais tinham na viabilização energética um grande desafio ao funcionamento de suas instalações. Disto vinha a preferência por situar as plantas industriais próximas aos rios e suas quedas d'água, que permitiam a construção de pequenas usinas hidrelétricas que alimentariam as fábricas (CARONE, 2001, p. 81-86).

<sup>16</sup> Chita é um tecido de algodão estampado.

<sup>17</sup> O projeto chefiado pelo engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo (chefe do escritório técnico do Banco União) resultou na formação de uma grande planta industrial constituída de: dois núcleos de casas que poderiam acomodar até quatro mil funcionários, uma grande olaria para a provisão de tijolos e telhas às construções e outros empreendimentos do banco; havia também a pedreira da na Serra de São Francisco, de onde se retirava e lapidava calcários, mármore e granitos que foram usados até mesmo na construção do Teatro Municipal de São Paulo.

Domingos Corrêa de Moraes (5%) e Manoel Alves Leite Penteado (5%)<sup>18</sup>. Por sua vez, o Banco União de São Paulo (55%) era o único sócio solidário, que tinha responsabilidade ilimitada pelos débitos da firma com terceiros (LIVRO DIÁRIO VOTORANTIM, 1894).

**Tabela 1: Análise dos balanços patrimoniais da Fábrica Têxtil Votorantim, 1894-1896**

ANOS	1894	1895	1896
ATIVO (em réis)	3986298385	4589516992	5988543183
PASSIVO (em réis)	2869408934	3534322981	4988543183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em réis)	1116889451	1055194011	1000000000
Endividamento (em %)	72	77	83
Banco União (em % no Passivo)	100	100	91
Dividendos (em mil réis)	82097034	20401594	384376101
Lucratividade (em %)	11,7	5,5	38

Fonte: Livro Diário Votorantim (1894-1896).

Obs: *Endividamento* resulta da divisão do Passivo (ou Capital de Terceiros) pelo Ativo. A *porcentagem do Banco União de São Paulo junto aos Passivos* da Fábrica Votorantim se refere à parcela de dinheiro tomada junto ao banco frente a soma da captação junto a terceiros. A *Lucratividade* resulta da divisão dos Lucros Acumulados pelo Capital Social, sendo que para o ano de 1894 os Lucros Acumulados se constituíram da conta Dividendos e de Lucros Suspensos (Rs. 34:792\$417); para o ano de 1895 a conta Dividendos mais a Lucros Suspensos (Rs. 34:792\$417); e para o ano 1896 o saldo da conta Lucros e Perdas.

A atuação do Banco União de São Paulo no setor industrial se deu de forma integral. A casa bancária era a grande financiadora da Fábrica Têxtil Votorantim, respondida pela quase totalidade dos repasses que a firma tomava. Sobretudo em seus anos iniciais, quando a Votorantim estava construindo suas instalações próximas à Sorocaba, o União de São Paulo passou a desembolsar grandes somas para a construção de uma nova unidade fabril, que respondia pela totalidade dos gastos do banco na firma. Aliás, o futuro do empreendimento parecia interessante, com uma lucratividade que crescia – passou de 11,7% para 38% - de forma robusta, calcada na venda de produtos têxteis que tinham uma demanda também em expansão. Esta simbiose solucionava entraves para os dois envolvidos: a fábrica tinha em suas mãos o crédito necessário para realizar seus investimentos; e o banco conseguia diversificar suas fontes de rendimento em um setor com boas perspectivas.

## **2 – A formação do complexo Votorantim e sua importância na indústria têxtil paulista (1897-1910)**

<sup>18</sup> Carlos Teixeira de Carvalho e Antonio Paes de Barros foram senadores estaduais pelo Partido Republicano Paulista. Domingos Corrêa de Moraes foi além, de senador estadual, vice-presidente do Estado de São Paulo, tendo assumido a presidência entre fevereiro e julho de 1902.

O final do século XIX será marcado pela crise do café, que tinha estreita relação com a bonança vista no período 1885-1896. Com as majoradas cotações da rubiácea no mercado internacional durante o interregno citado, o plantio de novos cafeeiros foi estimulado no Brasil e nos países concorrentes. Tal fato levou a uma enorme oferta de café no mercado mundial, sendo que os estoques do produto em 1898 equivaliam ao dobro do estocado em 1892 (HOLLOWAY, 1978, p. 103). Com tamanha oferta de café, os preços caíram abruptamente, sendo que o preço da saca do café no mercado americano (Nova York) em 1898 era três vezes menor do que a cotação atingida em 1891 (DELFIN NETTO, 2009, p. 277-278). E, para agravar ainda mais a situação dos retornos cafeeiros, o governo brasileiro, com a presidência de Campos Sales e Joaquim Murinho no Ministério da Fazenda, adotou uma política deflacionista que apreciou a taxa cambial – o que diminuía os lucros da venda do café quando do câmbio pela moeda nacional – como uma das medidas de combate ao endividamento estatal, em uma renegociação da dívida que ficou conhecida como Funding Loan (FAUSTO, 2006, p. 227).

O governo brasileiro entendia que o excesso de moeda em circulação gerava uma torrente de liquidez na economia nacional, que ensejava a criação de empresas inconsistentes – como na crise do Encilhamento – e expansão das lavouras cafeeiras. Para sanar este mal, a quantidade de papel-moeda em circulação no Brasil foi diminuída em 13% entre 1898-1903, afetando de forma implacável os bancos nacionais, que atravessaram uma crise de gigantescas proporções em que diversas casas bancárias foram à falência (FRANCO, 1992, p. 28). Segundo Saes (1986, p. 142) “Até 1906, os níveis monetários de depósitos e empréstimos são inferiores aos de 1899. Sabemos também da liquidação de grande número de bancos nesses anos [...]”.

Mesmo na condição de um dos maiores bancos paulistas, o União de São Paulo soçobrou em meio à crise<sup>19</sup>. A partir de 1906, a casa abandonou as operações bancárias comerciais e se fixou na administração de seu portfólio industrial, cuidando, sobretudo, dos negócios da Fábrica Votorantim.

---

<sup>19</sup> Hanley (2005, p. 144-151 e 207) argumenta que a falência dos bancos universais estaria atrelada à sua menor lucratividade frente aos bancos comerciais. A lucratividade seria dada pela apuração dos lucros em relação ao patrimônio do banco e a distribuição de dividendos aos acionistas. Dessa forma, enquanto os bancos comerciais teriam uma lucratividade média de 6% na década de 1890, os bancos universais teriam lucratividade média de 3% que, no caso do Banco União de São Paulo, chegou a ser de – 4,5% entre 1900-1905. A menor lucratividade teria levado os investidores a buscarem os bancos comerciais e também outras formas de investimentos, como ferrovias.



O ano de 1906 foi marcado pela elaboração do Plano de Valorização do Café, que através do controle da oferta do produto em armazéns (estocagem), articulação que envolvia os estados produtores (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e as casas exportadoras estrangeiras, tentava elevar as cotações no mercado internacional. Em que pese esta concertação ter dado sobrevida ao mundo cafeeiro até 1929, os preços jamais voltaram às cotações vistas no século XIX e o café atravessou conjunturas complicadas, que se caracterizavam por baixos preços internos e externos, somadas às taxas para exportação de café e a proibição de novas lavouras (FAUSTO, 2006, p. 237).

Porém, a conjuntura adversa no núcleo do complexo cafeeiro não significou uma inibição ao setor industrial. Pelo contrário, a indústria têxtil cresceu a partir de 1905, indicando uma relação inversa se comparada à crise cafeeira (CANO, 1981, p. 129). Diga-se de passagem, cresceu também em virtude da crise na lavoura cafeeira, pois boa parte do capital que permitiu uma elevação de mais de 100% na importação de máquinas têxteis para o Brasil entre 1907-1910, veio dos próprios cafeicultores, de forma direta (investindo nas indústrias) ou indireta (alocando dinheiro nos bancos que repassavam aos industriais), mas no afã de diversificar as fontes de renda e fugir das más conjunturas da lavoura (SUZIGAN, 2000, p. 154).

No setor têxtil (fiação e tecelagem) estavam empatados 42% de todo o capital industrial paulista em 1907, setor este que respondia por 38% do valor da produção industrial de São Paulo e empregava 40% dos trabalhadores da indústria (CARONE, 2001, p. 202-203).

**Tabela 2: As maiores indústrias de tecidos do Estado de São Paulo pelo valor do capital investido, 1909.**

<b>Localidade</b>	<b>Proprietário (nome da firma)</b>	<b>Capital</b>	<b>Valor da Produção</b>	<b>Nº de operários</b>
Itu e São Roque	Sociedade Ítalo-Americana (Três Fábricas)	9.779:000\$000	6.000.000 metros de algodão	1.131
São Paulo	Companhia Nacional de Tecidos de Juta	8.793:000\$000	30.000.000 metros de aniagem	1.500
Sorocaba	Banco União de São Paulo (Fábrica Votorantim)	6.920:000\$000	6.500.000 metros de morins estampados	696
São Paulo	Companhia Fabril Paulistana	3.687:151\$000	3.500.000 metros de riscados e xadrez	400
São Paulo	Companhia Industrial São Paulo	3.200:000\$000	3.000.000 metros de algodão	500

Sorocaba	Otterer, Speers & C. (Santa Rosalia)	2.826:839\$000	5.600.000 metros de algodão	507
São Paulo	Antonio A. Penteado	2.000:000\$000	180.000 metros de casimira de lã	85
São Paulo	Regoli, Crespi & C.	2.000:000\$000	2.500.000 metros de casinetas	610
São Bernardo	Bergman, Kowarick & C.	2.000:000\$000	240.000 metros de casimira de lã	204
São Paulo	F. Matarazzo & C. (Fábrica Mariangela)	2.000:000\$000	4.500.000 metros de algodão aperfeiçoado	450

Fonte: Carone (2001, p. 204-205).

Como a tabela 2 demonstra, a Fábrica Votorantim era a terceira maior firma têxtil de São Paulo em 1909. A planta industrial tinha uma fábrica que ocupava 100 mil metros quadrados e terrenos anexos que atingiam 1 milhão e 800 mil metros quadrados, acrescidos de 1.500 alqueires de terras cultivadas, campos e matas de fazendas que haviam sido adquiridas. Tinha geração energética própria de 3.500 cv, dos quais 2.400 eram de energia hidrelétrica, 800 de fonte hidráulica e 300 a vapor. Esta energia era consumida para manufaturar os 150.000 kg de algodão que a fábrica utilizava mensalmente. Para escoar a produção de tecidos e também do calcário explorado em suas terras – em torno de 30.000 sacos de cal ao mês – a Votorantim possuía quatro locomotivas de 14 toneladas, sete carros de passageiros e 44 vagões de carga, sendo que seu trem trafegava 20 quilômetros por dia. Ademais, para os funcionários havia uma grande infraestrutura: casas para operários com água encanada, esgotos, luz elétrica, cinema, clube, igreja, campo de esportes, campo de futebol e de tênis (CARONE, 2001, p. 141).

Entretanto, a bonança dos tempos de expansão do setor têxtil, bem como de toda a economia nacional, sofreriam os efeitos deletérios da I Guerra Mundial entre 1914-1918, hecatombe que mudou completamente o destino da Votorantim.

### **3 – A Guerra, a crise e a falência do Banco União de São Paulo (1911-1917)**

O período de 1907 a 1913, que marca o ano anterior ao início da I Guerra Mundial, foi de crescimento do parque industrial têxtil paulista, apoiado na importação de maquinário para as fábricas, expansão da capacidade produtiva e aumento da participação nacional no total de produtos algodão consumidos no Brasil – que chegou a 67,7% (DEAN, 1971, p. 94; SUZIGAN, 2000, p. 154 e CANO, 1981, p. 153).

Porém, os anos do conflito, entre 1914-1918, foram caracterizados, segundo Dean (1971), pelo *fim da euforia* que, de modo objetivo, traduziu-se em um refluxo do comércio internacional. A importação brasileira de matérias-primas, elemento vital para setores como o têxtil que dependia sobremaneira, por exemplo, de tinturas estrangeiras, caiu a menos da metade, bem como a importação de máquinas, que caiu mais de 70% entre 1914-1918, comparada ao período 1909-1913. Dessa forma, mesmo que o conflito tenha criado uma proteção aos produtos nacionais devido às dificuldades na chegada das mercadorias pelas embarcações de outros países, o fato é que grande parte da indústria nacional em suas primeiras décadas de atividade estava atrelada à dependência de matérias-primas e maquinário externo (VILLELA; SUZIGAN, 1973, p.128 e DEAN, 1971, p. 98).

O Banco União de São Paulo, que desde 1906 circunscrevera suas atividades à condução de seus ativos industriais, sofria também no contexto da crise decorrente da I Guerra Mundial, que se abateu também sobre os setor bancário paulista, com a evasão de capitais estrangeiros em retorno à Europa e Estados Unidos, movimento que levou à uma crise de liquidez, evidenciada pela falta de cambiais que levou ao fechamento da Caixa de Conversão em 1914 (SAES, 1986, p. 107). Neste cenário, tornava-se mais complicado atender à demanda por capital de giro à manutenção dos negócios da Fábrica Votorantim (MARCOVITCH, 2009, p. 235). Ademais, o cenário adverso ao Banco União e sua fábrica têxtil era acentuado pelas dificuldades comerciais impostas pela guerra, pois a atividade da firma se baseava na importação de tecidos crus ingleses para posterior tingimento na Fábrica de Chitas, o que estava inviabilizado devido às restrições da navegação comercial durante a guerra (DESSOTTI, 2006, p. 3).

A situação que já não era das melhores se agravou em 1917, quando um incêndio atingiu a Fábrica Votorantim, narrado da seguinte forma pelo jornal sorocabano Cruzeiro do Sul em sua edição de 26 de fevereiro de 1917:

Arde um deposito de algodão da Fabrica de Tecidos de Votorantim. Os prejuizos aproximam-se de mil contos de reis. O incendio começou as 18h45min só foi contido de madrugada quando o corpo de bombeiros chegou. A fabrica de tecidos Votorantim pertence ao Banco União de São Paulo é um dos estabelecimentos industriaes de maior importância do Estado. Possui cerca de 1200 teares e neles trabalham calculadamente 3 mil operarios. No deposito existiam 3200 fardos de algodão, muitas barricas de soda caustica e potassa, grande quantidade de farinha de trigo; numeras botijas de ácido para preparação de tinta etc. O fogo tomou proporções assustadoras. A população de Votorantim, composta em quasi sua totalidade de operarios affluio ao lugar do incêndio rapidamente tentando dominar as

chamas, lutando com grande dificuldade por falta de numero suficiente de mangueiras e aparelhos extintores de incendio no deposito. Do inquerito aberto ficou constatado que o incendio não foi proposital, sendo o mesmo atribuido a alguma fagulha desprendida por uma locomotiva fagulha esta que penetrou por abertura situada na parte superior do barracão. Os prejuizos subiram a quase 1000 contos de réis, estando o deposito de algodão da referida fábrica de tecidos seguro em 240 contos de réis (JORNAL O CRUZEIRO DO SUL *apud* <http://www.ihggs.org.br/index.php?option=content&task=view&id=204&Itemid=76&limit=1&limitstart=4>). Acesso em: 13 Mar. 2013.

Os prejuizos do incêndio – apenas 25% do valor perdido nas chamas seria restituído pelo seguro – foram um duro golpe em uma debilitada Votorantim, que atravessava tribulações financeiras há alguns meses e estava em débito com seus funcionários. Esta situação ficou insustentável na metade de 1917, quando em virtude da elevação do custo de vida no Brasil, estourou a Greve Geral.

A Fabrica Votorantim estava em greve há quase um mez. Há poucos dias, porem, foi arrendada a dois capitalistas que resolveram fazer funcional-a hontem. Assim iniciou-se o trabalho na parte a que chamam “fabrica velha”. Mas sendo reclamada a adesão dos seus operarios, a fabrica paralysoou-se. (JORNAL O CRUZEIRO DO SUL, 17 jul. 1917, p. 01 *apud* DESSOTTI, 2006, p. 3).

Os dois capitalistas em questão eram Antonio Pereira Ignacio e Nicolau Scarpa. Mais do que arrendar, eles, juntos a outros acionistas, arremataram todo o patrimônio do falido Banco União de São Paulo em leilão que se deu em 9 de janeiro de 1918. O valor pago pelos bens adquiridos foi de 5 mil contos de réis, um negócio de ocasião quando comparado ao valor do capital declarado pela endividada casa bancária, que era de 40 mil contos de réis (MARCOVITCH, 2009, p. 235). Todavia, a presença de Scarpa rapidamente seria desfeita, devido às desavenças que teve com Pereira Ignácio, a quem coube mudar os rumos da empresa e o seu próprio futuro.

#### **4 – A Votorantim de Pereira Ignacio (1918-1923): o papel fundamental do empresário na indústria têxtil**

Saído de Portugal em 1884 e migrando para a região de Sorocaba, aos 10 anos de idade, Antonio Pereira Ignacio é mais uma figura exemplar do imigrante que foi fundamental na constituição do parque industrial paulista (DEAN, 1971, p. 60-61). Filho de um sapateiro, ele buscou nos estudos e no trabalho a superação das barreiras que a vida lhe impunha no caminho até se tornar um dos maiores industriais paulistas. Completou seus estudos ginasiais e, ao mesmo tempo, valendo-se da rede de

relacionamentos dos patrícios em terras brasileiras, trabalhou na firma de importação de tecidos de João Reinaldo de Faria, na cidade do Rio de Janeiro, onde adquiriu a expertise comercial para os negócios têxteis (CALDEIRA, 2007, p. 11-14).

O caminho do trabalho árduo articulado com os estudos serviu para diferenciar a carreira de Antonio frente ao ofício braçal de seu pai. A experiência na casa importadora do Rio de Janeiro lhe proporcionou a acumulação de um capital inicial – 300 mil réis – que foi investido posteriormente, na década de 1890, na formação de armazéns de secos e molhados no interior de São Paulo. Estes empreendimentos iniciais deram a Antonio o montante para adentrar no ramo em que se tornaria figura preponderante na economia paulista: os negócios do algodão.

Primeiramente, entre 1901 e 1904, abriu três firmas que cuidavam de descaroçar a fibra na região de Sorocaba. Todavia, recorrendo aos capitais do antigo patrão João Reinaldo Faria e ao conhecimento dos contatos adquiridos em uma estadia nos Estados Unidos trabalhando em uma indústria têxtil no Alabama, Antonio formou a Fábrica de Óleos Santa Helena em 1905, na cidade de Sorocaba, com máquinas norte-americanas. A Santa Helena fazia parte de um grupo de firmas descaroçadoras de algodão criadas por Pereira Ignacio.

Pereira Ignacio é um incentivador do plantio de algodão na Média Sorocabana, no momento em que a E. F. Sorocabana, partindo de Sorocaba, caminha em direção de Botucatu, São Manuel e Bauru, criando condições para o plantio do algodão; ele também fornece as sementes para o plantio em Tietê, Laranjal Paulista, Itu, Conchas, Botucatu, Bofete etc. Ao mesmo tempo, instala nessas cidades máquinas de beneficiar algodão. Como a colheita se dá em maio e junho – antes da do café –, ele tem tempo de beneficiar o produto, separando a pluma do caroço. Esmagando o caroço, faz o óleo; a pluma, envia para as indústrias de Sorocaba (CARONE, 2001, p. 94).

Uma das firmas têxteis sorocabanas que adquiria o algodão descaroçado era a Fábrica Votorantim. Em outubro de 1914, Pereira Ignacio arrendou toda a seção de fornecimento de algodão da empresa têxtil. E, em janeiro de 1918, adquiriu a Votorantim e todo o espólio do Banco União, induzido pelo baixo valor pago nesta operação e os recursos produtivos que possuía a priori, pois a compra da fábrica têxtil sorocabana é um típico caso de crescimento da empresa via *integração vertical*, uma vez que, Pereira Ignacio, a partir desta aquisição, teria no mesmo complexo a produção do algodão e dos tecidos, ou seja, controlaria o fornecimento da matéria-prima e a

fabricação dos tecidos de algodão, integrando os elos da cadeia têxtil (CHANDLER, 1998, p. 72-73)<sup>20</sup>.

A subestimação das ações de uma firma pelo mercado pode representar outra razão pela qual ela venha a ser adquirida outra a baixo custo. Pode haver a qualquer momento uma variedade de condições especiais que levem a uma subestimação das ações de uma firma livremente negociadas no mercado de capitais, mas provavelmente as principais se vinculam à falta de conhecimento do valor da firma pelo público investidos, à falta de confiança em sua administração ou aos descontos concedidos nas transações de ações menos negociadas devido à falta de liquidez das firmas (PENROSE, 2006, p. 244).

Mais do que integrar verticalmente seus negócios no setor têxtil através da aquisição da Votorantim, Pereira Ignacio passou a controlar uma gama de recursos produtivos despendendo um baixo valor<sup>21</sup>. Nos 5.000 contos de réis pagos em leilão pelo espólio do Banco União, pelo valor de 1.650 contos de réis, ele adquiriu a Fábrica Votorantim, seu terreno, edifício, maquinismos, acessórios, pertences e sobressalentes e todas as dependências, além da Estrada de Ferro Votorantim, compreendendo todas as suas estações, material fixo e rodante. Por mais 95 contos de réis, arrematou também no mesmo leilão um terreno na cidade de São Paulo (Santo Amaro), outro em São Caetano, e a Fazenda Itupararanga, localizada em Sorocaba, com todas as benfeitorias nela existentes (fornos para fabricação de cal, inclusive a Fazenda Lagoa que dela é dependência) (LIVRO DIÁRIO VOTORANTIM, 1918).

Sob a firma Sociedade Anônima Fábrica Votorantim foram reunidos três principais investimentos: a fabricação de tecidos na fábrica de fiação, tecelagem e estamparia, situada em Votorantim (Sorocaba); administração da ferrovia; e exploração das jazidas de cal (as caieiras) de Itupararanga<sup>22</sup>. Aliás, a matéria-prima, o algodão, para a fábrica têxtil também vinha em parte das firmas descaroçadoras de Pereira Ignacio, que as integrou e fez da Votorantim a gestora destas, uma vez que ele era o diretor-

---

<sup>20</sup> Segundo Chandler (1998, p. 332) “[...] quanto mais concentradas as unidades de produção e quanto mais concentradas as fontes de suprimento, maior a probabilidade de integração das duas numa só empresa”.

<sup>21</sup> Comentando a indústria no século XIX, Hobson aponta que “Essa integração é claramente visível nas indústrias têxteis. Nas manufaturas de lã, os processos preliminares de classificação e limpeza, cardação ou penteadora, assim como os processos fundamentais de fiação e tecelagem, pisoamento, tintura e acabamento, cada um dos quais em certa época era atribuição de um grupo separado e independente de operários, são frequentemente vistos funcionando juntos numa mesma fábrica”.

<sup>22</sup> A Fazenda do Itupararanga pertencia ao Banco União de São Paulo no começo do século XX. Situada próxima a Sorocaba, nela existem quedas d’água do Rio Sorocaba que possibilitaram a formação de uma usina hidrelétrica que fornece energia para empresas do Grupo Votorantim. Além disso, a barragem atualmente fornece água aos municípios de Ibiúna, Sorocaba, Votorantim, São Roque e outros da região. Nas terras da fazenda eram exploradas jazidas de cal, as caieiras de Itupararanga.

presidente da Votorantim. Dessa forma, ocorreu um processo de *trustificação* dos investimentos de Pereira Ignacio.

A forma característica assumida por um truste, cujo núcleo é um processo manufatureiro único, é uma certa forma que o torna muito próximo de um segmento industrial completo, abrangendo todos os processos que, direta ou indiretamente, contribuem para satisfazer as necessidades de um consumidor, relativas a determinado tipo de mercadorias (HOBSON, 1983, p. 151).

Lidar com diferentes investimentos não era uma novidade para Pereira Ignacio. Quando da compra da Votorantim, ele já havia adquirido o controle acionário da Companhia Telefônica Sul Paulista e era também dono da Fábrica de Cimento Rodovalho<sup>23</sup>, investimentos que faziam dele um dos homens mais ricos de São Paulo (MARCOVITCH, 2009, p. 234). No jogo do capitalismo monopolista das primeiras décadas do século XX, era justamente a possibilidade de não ser especializado que permitia auferir grandes lucros com investimentos difusos, o que caracterizava um tipo de empresário diferente, o *construtor de impérios*.

Um outro tipo de empresários, que podemos chamar de “construtores de impérios” possui uma natureza diferente. Eles são movidos por visões da criação de poderosos “impérios” produtivos abrangendo amplas áreas [...] Esses empresários podem apegar-se bastante a um determinado campo produtivo com a noção de obter aí uma posição dominante, ou então diversificar consideravelmente suas atividades, envolvendo-se em tudo que lhes parecer lucrativo. Para ser bem-sucedido, o empresário construtor de impérios deve ter iniciativas, ser agressivo e esperto nas estratégias requeridas para barganhar com e superar outros homens de negócios. Ele precisa de um agudo instinto para manipulações puramente financeiras e uma percepção inteligente para avaliar não apenas o valor de outras firmas, mas também os custos mínimos pelos quais elas podem ser adquiridas, já que frequentemente firmas inteiras podem ser compradas ou vendidas apenas pelos “rápidos lucros” obteníveis por meio delas. Acima de tudo, o construtor de impérios, conforme indica o nome, é um político e estrategista dos negócios, e é destes tipos de aptidões que depende o seu sucesso (PENROSE, 2006, p. 83).

Algumas das aptidões citadas por Penrose, como o tino para perceber uma boa oportunidade de compra, a trajetória de Pereira Ignacio já deixara evidente. Todavia, à construção de seu império, com negócios diversos – têxtil, ferrovia e exploração de cal – seriam necessárias outras habilidades empresariais que o português passaria a demonstrar a partir de então na condução da Votorantim. De início, era fundamental garantir o controle da firma, o que se deu em maio de 1919, quando Pereira Ignacio

---

<sup>23</sup> Criada em 1892 pelo comendador Antonio Proost Rodovalho, a Fábrica de Cimento Rodovalho estava instalada nas terras Fazenda Santo Antonio, próximo à Sorocaba e São Roque, onde existiam reservas de calcário. No começo do século XX, a fábrica foi comprada por Antonio Pereira Ignacio. A Usina Rodovalho funcionou até 1904, produzindo o cimento “Santo Antonio”. Retornou à atividade em 1907, lançando no mercado os produtos com as marcas “Lage”, “Torquês” e “Meia Lua”.

comprou a maioria das ações da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, vendidas pelos minoritários sócios sorocabanos (MARCOVITCH, 2009, p. 28). Seu controle sobre a Votorantim fica explícito quando analisamos a divisão das ações da empresa no ano de 1924: Antonio Pereira Ignacio possuía 12.500 ações e a sua firma Pereira Ignacio & Cia. tinha outras 12.360 ações, o equivalente a 99,44% das 25.000 ações da S. A. Fábrica Votorantim (BALANÇO VOTORANTIM, 1923).

O segundo passo na construção de seu império empresarial era transformar a Votorantim em uma grande empresa moderna que segundo Chandler se exprime da seguinte maneira:

Assim, a moderna empresa industrial pode ser definida como um conjunto de unidades operacionais, cada qual com suas instalações e seu quadro de pessoal, cuja totalidade de recursos e atividades é coordenada, monitorada e alocada por uma hierarquia de executivos de segunda e primeira linhas. Somente a existência e a capacidade dessa hierarquia pode tornar as atividades e operações de toda a empresa algo mais que a mera soma de suas unidades (CHANDLER, 1998, p. 305).

O que Chandler quer demonstrar é que a moderna empresa industrial se caracteriza pela criação de uma estrutura de governança, com diretores e gerentes responsáveis pelas tomadas de decisão nos diferentes ramos do complexo industrial. No que tange à Votorantim, com a venda das ações por parte dos sócios sorocabanos, eles deixaram seus cargos nos conselhos da empresa e abriram a oportunidade para Pereira Ignacio criar uma estrutura de governança, sob a sua presidência, baseada em um Conselho Fiscal e Secretarias, que, em um primeiro momento, couberam a um novo grupo liderado por um representante do Banco Português no Brasil, mas que, em 1924, seria composto da seguinte maneira (BALANÇO VOTORANTIM, 1923):

- Diretoria (acionistas)<sup>24</sup>: Antonio Pereira Ignacio (presidente); secretários eram A. de Carvalho e Silva, Antonio Oliveira Penteado; demais componentes da diretoria eram Zeferino Ferreira Guimarães, Paulo Pereira Ignacio, João Pereira Ignacio, Mario Goulart de Faria, Jorge Nielsen, Pereira Ignacio & Cia.
- Conselho Fiscal: Araujo Costa & Cia., Manoel de Barros Loureiro e o Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo; e para suplentes Jayme Ferreira Loureiro, Carlos Cardoso de Araujo Costa e Guilherme Torres.

---

<sup>24</sup> Os demais acionistas da S. A. Fábrica Votorantim possuíam 20 ações da empresa cada um.



Tendo o controle acionário e constituído o *board* da Votorantim, era chegado o momento de encarar a estrutura produtiva, que ficara negligenciada em virtude da falência do Banco União e dos difíceis anos iniciais de Pereira Ignacio à frente da empresa. Para modernizar a estrutura produtiva, a Votorantim se valeu da venda dos terrenos localizados na cidade de São Paulo (Santo Amaro) e São Caetano do Sul, adquiridos no espólio do Banco União, terras reunidas no loteamento que originou o bairro paulistano do Brooklyn. A procura pelos terrenos foi tamanha – eles eram financiados com prazo longo e prestações baixas – que parte deles serviu à empresa como garantia para a emissão de debêntures com prazos de 10 anos e juros baixos, além da tomada de empréstimos hipotecários junto a bancos (CALDEIRA, 2007, p. 29).

O financiamento da reestruturação produtiva veio também do reinvestimento dos lucros da própria Votorantim, decisão tomada em 1920 e que seguiu até, pelo menos 1924, quando em assembleia os acionistas decidiram pela não distribuição de dividendos, transferindo os lucros verificados para o exercício seguinte, para dar à empresa o capital necessário para a manutenção e melhoria de seus negócios (BALANÇO VOTORANTIM, 1923).

Dessa forma, parte do capital levantado serviu para a aquisição de maquinário importado e ampliação do edifício da fábrica têxtil Votorantim<sup>25</sup>. Os novos teares, os melhoramentos na estamperia e outras melhorias fizeram com que a produção de tecidos da fábrica, que havia sido de 12.921.635 metros de tecido em 1918, alcançasse a cifra de 24.023.622 metros em 1923. A produção têxtil foi responsável por quase 83% dos lucros da S. A. Fábrica Votorantim no ano de 1923, sendo que 17% do algodão paulista era processado em seus teares (BALANÇO VOTORANTIM, 1923).

A outra parte do capital serviu para aprimoramentos na Estrada de Ferro Votorantim. A ferrovia de 14 quilômetros teve o alargamento da bitola para permitir vagões maiores que transportassem as cargas com mais rapidez e a eletrificação no trecho entre Sorocaba e Votorantim, operação finalizada e inaugurada em 4 de fevereiro de 1922, sendo a primeira ferrovia particular do Brasil a ser eletrificada. Esta melhoria possibilitou que em 20 minutos a produção da empresa chegasse à Estação Paula Souza, no centro de Sorocaba (CALDEIRA, 2007, p. 30). Os números da ferrovia comprovam

---

<sup>25</sup> Segundo Suzigan (2000, p. 159), com o fim da I Guerra Mundial, os investimentos na indústria têxtil de algodão voltaram a crescer. As exportações de máquinas têxteis para o Brasil, que haviam sido de 126.354 libras esterlinas entre 1914-1920, subiram para 469.517 libras entre 1921-1923.

sua evolução: em 1918, a Estrada de Ferro Votorantim teve uma renda de aproximadamente 129 contos de réis; já, em 1923, a renda da ferrovia foi de quase 528 contos de réis (BALANÇO VOTORANTIM, 1923).

Moderna, reestruturada e sob o égide de Pereira Ignacio é que encontraremos a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim, um dos maiores conglomerados industriais de São Paulo ao seu tempo.

### **Considerações finais: surgia um império industrial na década de 1920**

Na década de 1920, após o fim da I Guerra Mundial, o todo da indústria nacional passou por uma fase de expansão que duraria até 1924 (VERSIANI, 1984, p. 63)<sup>26</sup>. O peso da indústria têxtil frente ao parque industrial brasileiro era considerável, ela representava 40% do capital investidos nas firmas industriais brasileiras (DEAN, 2008, p. 696). No Estado de São Paulo, quase 45% do valor da produção industrial em 1921 veio da indústria de tecidos (PESTANA, 1923, p.31).

**Tabela 3: Principais fábricas de tecidos de algodão do Estado de São Paulo pelo volume do capital investido, em 1921.**

<b>COMPANHIA OU FIRMA</b>	<b>Cidade</b>	<b>Capital, reservas e debêntures (em mil-réis)</b>	<b>Operários</b>	<b>Teares</b>
Cia. Nacional de Tecidos de Juta	São Paulo	10.000:000\$000	1.350	1.000
Cotonificio Rodolfo Crespi (S. A.)	São Paulo	7.727:900\$000	1.800	600 (lã) e 120 (alg.)
Fábrica de Tecidos Labor (S. A.)	São Paulo	7.600:000\$000	750	380
Fiação, Tecelagem e Estamparia Jafet (S. A.)	São Paulo	6.419:900\$000	1.130	1.027
Sociedade Anônima Fábrica Votorantim	Sorocaba	6.000:000\$000	1.800	1.300

Fonte: BOLETIM IND. COM. (1922, p. 60-63).

<sup>26</sup> O crescimento industrial se coadunava ao êxito da Política de Valorização do Café, que com a estocagem do produto levou à majoração dos preços e aumento dos lucros no setor cafeeiro, elemento importantíssimo na demanda por bens industriais. A receita de exportação do café alcançou patamares inéditos entre 1924-1929, período em que 71% dos rendimentos do comércio exterior vinham das vendas do café, afinal, na década de 1920 quase 66% dos cafeeiros mundiais estavam nas lavouras brasileiras, de onde saía mais da metade do café consumido no mundo (DEAN, 2008, p. 670).

No rol das maiores fábricas têxteis de São Paulo é que encontramos a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim na década de 1920. O Balanço Patrimonial, apurado em 31 de dezembro de 1923, demonstrava uma companhia saudável financeiramente, com um *ativo* de Rs. 63.080:882\$855 e um *passivo* de Rs. 32.148:583\$103. O *capital* da empresa totalizava Rs. 7.075:700\$000 (BALANÇO VOTORANTIM, 1923).

A expansão da Votorantim era mais do que reflexo de um momento favorável à indústria têxtil nacional. Este crescimento da S. A. Fábrica Votorantim vinha dos diferentes ramos de atuação da sociedade que lhe proporcionavam várias fontes de lucro: têxtil (Fábrica de Tecidos Votorantim); ferroviário (Estrada de Ferro Votorantim); exploração de cal (Caieiras de Itupararanga); exploração de granito e cimento (Fábrica de Cimento Rodovalho); criação de gado bovino e equino, suínos, plantio de cereais, algodão, cana de açúcar e fabricação de aguardente (Fazenda São Francisco, Lagoa e Madureira); venda de terrenos (Brooklyn Paulista) (BALANÇO VOTORANTIM, 1923).

Todavia, o que aglutinava todos estes investimentos, dando-lhes sentido e direcionamento, era a estrutura de governança criada para comandar a empresa, materializada na figura do diretor-presidente Antonio Pereira Ignacio. Na Assembléia Geral Ordinária, realizada em 15 de fevereiro de 1924, Pereira Ignacio defendeu a não distribuição de dividendos por parte da Sociedade Votorantim, a fim de garantir a liquidez necessária à empresa executar novos investimentos e ter caixa para eventualidades. Colocada em votação, a proposta foi unanimemente aceita pelos acionistas. A unanimidade vinha da convicção da diretoria de que era tempo de crescer e consolidar a posição importante da Votorantim nos setores em que ela já constava entre as maiores firmas – como o têxtil – e de se expandir por novas searas que fariam da Votorantim um império industrial durante o século XX e XXI.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Documentos da Sociedade Anônima Fábrica Votorantim** (Fonte: Centro de Memória Votorantim – São Paulo/SP):  
LIVRO DIÁRIO VOTORANTIM (1894-1896).  
LIVRO DIÁRIO VOTORANTIM (1918-1919).  
BALANÇO VOTORANTIM (1923).

### **Bibliografia Citada:**

- BOLETIM IND. COM. *Boletim da diretoria de indústria e comércio*. São Paulo: Secretaria da Agric., Com., e Obras Públicas do Est. de São Paulo, fev-mar 1922.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. T. A. Queiroz, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.
- CARONE, E. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- CHANDLER, A. D. Alfred Chandler: *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. Thomas K. Mc Craw (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CALDEIRA, J. *Votorantim 90 anos: uma história de trabalho e superação*. São Paulo, SP: Mameluco, 2007.
- DEAN, W. A. *Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- \_\_\_\_\_. A economia brasileira, 1870-1930. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Campinas, SP: Facamp/ Editora da UNESP, 2009.
- DESSOTTI, I. C. C. Trajetória da luta operária em Sorocaba: a greve de 1917. *Histórica* (Revista eletrônica do APESP), ed. 13, ago. 2006.
- FAUSTO, B. “*Expansão do café política cafeeira*” In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- FRANCO, G. “*A Primeira Década Republicana*”. In: ABREU, M. P. (org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- HANLEY, A. G. *Native capital: financial institutions and economic development in Sao Paulo, Brazil, 1850-1920*. Stanford, Calif.: Stanford University, 2005.
- HOBSON, J. A. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOLLOWAY, T. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- JORNAL O CRUZEIRO DO SUL*. Sorocaba, SP: 26 fev. 1917 (<http://www.ihggs.org.br/index.php?option=content&task=view&id=204&Itemid=76&limit=1&limitstart=4>)
- LEVI, D. E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977.
- MARCONDES, R. L.; HANLEY, A. G.. *Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)*. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 40, n. 1, Mar. 2010.
- MARCOVITCH, J. *Pioneiros & Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*, volume 2. São Paulo: EDUSP, 2009.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
- PENROSE, E. *A teoria do crescimento da firma*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2006.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- PESTANA, P. R. *A expansão econômica do Estado de São Paulo num século (1822-1922)*. São Paulo: Secretaria da Agric., Com. e Obras Públicas do Est. de São Paulo, 1923.
- PETRONE, M.T.S. *Imigração*. In FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1977.

- SAES, F. A. M. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- SCHUMPETER, J. A. *A Instabilidade do Capitalismo*. In: CARNEIRO, R. (org.). Os clássicos da economia, volume 2. São Paulo: Ática, 1997.
- SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8.ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995.
- SILVA, G. P. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2011, tese de doutorado.
- SINGER, P. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930”. In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Unicamp, 2000.
- TANNURI, L. A. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- VERSIANI, F. R. *Industrialização: a década de 20 e a depressão*. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, volume 14, abr 1984, p. 59-94.
- VILLELA, A.V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPRA/INPES, 1973.